

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



PARTE I – Duração: 2 horas

QUESTÃO 1.:

Em 31/12/N, a sociedade *Horizonte*, S.A. apresentava os seguintes financiamentos:

- Empréstimo Alfa: montante de 600 000 EUR, vencimento original em 30/06/N+3. Na data de relato, a entidade encontrava-se em incumprimento de uma obrigação de um rácio financeiro, pelo que o banco podia exigir de imediato o reembolso integral. Em 25/01/N+1, o banco emitiu declaração formal renunciando a esse direito por um período de 18 meses após 31/12/N.
- Empréstimo Beta: montante de 400 000 EUR, vencimento em 30/09/N+1. Em 28/12/N foi assinado um contrato vinculativo que confere a *Horizonte*, S.A. o direito unilateral de refinanciar esta dívida por mais quatro anos, nas mesmas condições de mercado, exercível na data do vencimento.

Nas demonstrações financeiras de 31/12/N, a classificação correta é:

- a) Os empréstimos Alfa e Beta devem ser classificados como passivos não correntes.
- b) O empréstimo Alfa deve ser classificado como passivo não corrente e o empréstimo Beta como passivo corrente.
- c) O empréstimo Alfa deve ser classificado como passivo corrente e o empréstimo Beta como passivo não corrente.
- d) Os empréstimos Alfa e Beta devem ser classificados como passivos correntes.

QUESTÃO 2.:

Em maio de 2024, foi constituída uma sociedade multidisciplinar *JPR*, Lda., para o exercício das funções de Contabilista Certificado e de Enfermeiro.

O capital social da sociedade encontrava-se integralmente distribuído por Rita Marques e Rute Almeida, ambas enfermeiras.

Foi contratado como trabalhador dependente Manuel Campos, Contabilista Certificado, para assegurar a regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal da sociedade multidisciplinar *JPR*, Lda.

A gerência da sociedade foi confiada a Rita Marques e Rute Almeida, tendo sido igualmente designada gerente Paula Louro, Contabilista Certificada.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) A *JPR, Lda.* não podia, em maio de 2024, assumir a natureza de sociedade multidisciplinar, uma vez que o exercício conjunto das atividades de Contabilista Certificado e de Enfermeiro não era legalmente admissível.
- b) Como estão preenchidos todos os requisitos legais para a constituição da sociedade, a gerência da sociedade deve nomear Paula Louro como diretor técnico no prazo de 15 dias da sua constituição.
- c) Paula Louro na qualidade simultânea de Contabilista Certificada e de gerente da sociedade, devia obrigatoriamente assumir a responsabilidade pela regularidade técnica da sociedade.
- d) Manuel Campos ou Paula Louro devia integrar o capital social da sociedade multidisciplinar *JPR, Lda.*

QUESTÃO 3.:

Uma sociedade, que adota o modelo geral do SNC, em 2025, adquiriu por trespasse um estabelecimento comercial, tendo apurado um goodwill que foi reconhecido contabilisticamente, nos termos da NCRF 14, como ativo intangível e sujeito a amortização, ainda que com vida útil indefinida, não se encontrando comprovado qualquer deprecimento efetivo do goodwill reconhecido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. Qual das seguintes afirmações descreve corretamente o tratamento fiscal aplicável ao custo de aquisição do referido goodwill, desde que se encontrem reunidos os requisitos legalmente exigidos?

- a) O custo de aquisição é aceite como gasto fiscal por via das respetivas amortizações, em partes iguais durante os primeiros 10 períodos de tributação após o reconhecimento inicial.
- b) O custo de aquisição é aceite como gasto fiscal em partes iguais durante os primeiros 15 períodos de tributação após o reconhecimento inicial.
- c) O custo de aquisição é integralmente aceite como gasto fiscal no período de tributação em que ocorre o trespasse.
- d) O custo de aquisição é aceite como gasto fiscal em partes iguais durante os primeiros 20 períodos de tributação após o reconhecimento inicial.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



QUESTÃO 4.:

Durante o ano de 2025, a empresa Industrial Lda. apenas teve atividade produtiva, sem venda de qualquer dos produtos fabricados. Não possuía qualquer stock inicial de inventários e toda a produção foi terminada. A empresa, inicialmente, considerou utilizar o sistema de custeio total na determinação do custo industrial da produção acabada (CIPA). No entanto, o contabilista informou a direção financeira que o sistema de custeio racional apresentaria uma imagem mais apropriada das demonstrações financeiras.

Os gastos incorridos pela empresa foram os seguintes:

Tipo de gasto	Valor (EUR)
Matéria-Prima	1 500 000
Mão de Obra Direta variável	2 000 000
Gastos Gerais de Fabrico variáveis	1 200 000
Gastos Gerais de Fabrico fixos	100 000
Gastos de Distribuição fixos	5 000
Gastos de Distribuição variáveis	30 000
Gastos Administrativos fixos	2 500
Gastos Administrativos variáveis	40 000
Gastos Financeiros fixos	2 500

No que respeita à estrutura produtiva, a empresa apresenta uma capacidade normal de produção anual de 50 000 unidades, tendo, durante o período, produzido 40 000 unidades. O impacto no CIPA calculado, tendo em conta a utilização do sistema de custeio racional em detrimento do sistema de custeio total é:

- a) menor no montante de 20 000 EUR.
- b) maior no montante de 20 000 EUR.
- c) menor no montante de 22 000 EUR.
- d) maior no montante de 22 000 EUR.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



QUESTÃO 5.:

A sociedade Credifor, S.A. detém, em 2025, um crédito sobre um cliente no montante escriturado de 100 000 EUR, vencível em dois anos. Na data de relato, existe evidência objetiva de imparidade e a entidade estima que apenas receberá 60 500 EUR na data do vencimento. A taxa de juro efetiva original do ativo é de 10%. A perda por imparidade a reconhecer em 31 de dezembro de 2025 é:

- a) 39 500 EUR.
- b) 45 000 EUR.
- c) 50 000 EUR.
- d) 54 421,49 EUR.

QUESTÃO 6.:

A Contabilista Certificada Inês Martins foi contactada pela gerência da sociedade *Reflexões*, Lda., para assumir a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal.

Nesse seguimento, Inês Martins remeteu comunicação escrita à colega antecessora solicitando informações relativamente à existência de honorários em dívida e à existência de qualquer situação de obstar à assunção de funções.

A colega antecessora respondeu, informando que não existem honorários em dívida nem qualquer situação que obstasse à assunção de funções.

Perante estas informações, Inês Martins celebrou um contrato de prestação de serviços com a sociedade, assumindo a responsabilidade pela regularidade técnica nos termos estatutários e efetuando a correspondente comunicação à Ordem dos Contabilistas Certificados para efeitos do seguro de responsabilidade civil.

Posteriormente, remeteu nova comunicação à colega antecessora, solicitando a entrega da documentação referente à sociedade *Reflexões*, Lda...

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) Ao assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, Inês Martins fica automaticamente investida de poderes para representar a sociedade *Reflexões*, Lda. e, nessa qualidade, solicitar a respetiva documentação.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



- b) Inês Martins só pode assumir funções após a entrega de todas as declarações fiscais cuja submissão seja da responsabilidade da Contabilista Certificada antecessora.
- c) Inês Martins pode solicitar a documentação respeitante à sociedade Reflexões, Lda., desde que esteja devidamente mandatada pela respetiva gerência, através de procuração, para o efeito.
- d) Inês Martins deve, no prazo de 30 dias após a comunicação à colega antecessora, dar conhecimento à Ordem dos Contabilistas Certificados para efeitos do seguro de responsabilidade civil profissional.

QUESTÃO 7.:

Em 2025, a sociedade *Alfa*, Lda., apurou um resultado positivo e reconheceu contabilisticamente, como gasto desse exercício, uma participação nos lucros, no montante total de 60 000 EUR, face ao determinado na NCRF 28, distribuída da seguinte forma:

- 36 000 EUR atribuídos aos trabalhadores;
- 24 000 EUR atribuídos ao sócio-gerente, titular de uma participação de 50% no capital social, cuja remuneração anual, em 2025, foi de 42 000 EUR.

Até 31 de dezembro de 2026, a sociedade pagou integralmente a participação nos lucros atribuída aos trabalhadores, mas apenas 12 000 EUR da participação nos lucros atribuída ao sócio-gerente. O montante remanescente de 12 000 EUR não foi pago nem colocado à disposição do beneficiário até àquela data.

Qual das seguintes afirmações está correta quanto à dedutibilidade fiscal da participação nos lucros em sede de IRC?

- a) Para efeitos de apuramento do lucro tributável, em 2025, a empresa reconhece, na íntegra, como gasto fiscal o montante de 60 000 EUR, devendo, em 2026, proceder à dedução, no quadro 07 da declaração modelo 22, do valor de 12 000 EUR.
- b) Para efeitos de apuramento do lucro tributável, em 2025, a empresa deverá acrescentar no campo 735 do quadro 07 da Modelo 22 o valor de 17 000 EUR. Em 2026, no respetivo quadro 10 da declaração modelo 22, deverá a empresa incluir o montante de IRC que deixou de ser liquidado em 2025 face à dedução fiscal da participação nos lucros não paga no montante de 3 500 EUR, acrescida dos respetivos juros compensatórios.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



- c) Para efeitos de apuramento do lucro tributável, em 2025, a empresa deverá acrescentar campo 735 do quadro 07 da Modelo 22 o valor de 17 000 EUR. Em 2026, no respetivo quadro 10 da declaração modelo 22, deverá a empresa incluir o montante de IRC que deixou de ser liquidado em 2025 face à dedução da participação nos lucros não paga no montante de 7 000 EUR, acrescida dos respetivos juros de mora.
- d) Para efeitos de apuramento do lucro tributável, em 2025, a empresa deverá acrescentar campo 735 do quadro 07 da Modelo 22 o valor de 24 000 EUR. Em 2026, no respetivo quadro 10 da declaração modelo 22, deverá a empresa incluir o montante de IRC que deixou de ser liquidado em 2025 face à dedução da participação nos lucros não paga no montante de 7 000 EUR, acrescida dos respetivos júrís compensatórios.

QUESTÃO 8.:

A empresa *Linguíça* Lda. é uma empresa de transformação de carnes. A sua atividade consiste na aquisição de carcaças de animais, ao seu desmanche em peças de carne que irá, de seguida, comercializar. Num determinado mês adquiriu 5 carcaças de vaca ao custo de 200 EUR /cada, tendo suportado um custo de transporte de 250 EUR.

Do processamento destas carcaças foram obtidos os seguintes produtos:

Produto	Qtd (kg)
Alcatra	30
Vazia	60
Costela	60
Total	150

Foram ainda obtidos 20 kg de gorduras e ossos, subprodutos do processo produtivo, os quais foram vendidos a um produtor de ração pelo valor de 80 EUR. Os produtos obtidos serão vendidos pelos seguintes preços:

Produto	Preço de venda (kg)
Alcatra	20 EUR
Vazia	20 EUR
Costela	10 EUR

No entanto, para serem vendidos, os produtos incorrerão nos seguintes gastos específicos (EUR):

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



	Custos de embalagem	Custo de transporte	Custo comercial
Alcatra	50	50	100
Vazia	50	50	100
Costela	0	0	0

Tendo em conta que a empresa tem vindo a utilizar o método das unidades físicas e pretende utilizar o método do valor das vendas no ponto de separação, a diferença na valorização unitária no produto alcatra, para o período em causa, é:

- a) 0 EUR, não existe diferença entre os dois métodos.
- b) 1,53 EUR.
- c) 1,95 EUR.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.

QUESTÃO 9.:

A sociedade *GlobalTech*, S.A. apresenta a seguinte situação reportada a 31 de dezembro de 2025:

- Recebeu em 1 de outubro de 2025 um pagamento de 60 000 EUR referente a serviços de consultoria a prestar desde essa data até ao final de março de 2026.
- Incorreu em gastos de pessoal durante dezembro de 2025, no montante de 15 000 EUR, que serão pagos em janeiro de 2026.
- Pagou em 1 de setembro de 2025 um prémio de seguro anual de 24 000 EUR, válido de 1 de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026.
- Recebeu de um cliente, em novembro de 2025, um adiantamento de 40 000 EUR para serviços a prestar de janeiro a junho de 2026.

Face ao exposto, qual das seguintes opções se encontra correta relativamente ao reconhecimento a efetuar em 2025?

- a) Diferimentos: salários 15 000 EUR; consultoria 50 000 EUR, seguro 8 000 EUR.
- b) Acréscimos: salários 15 000 EUR; Diferimentos: consultoria 30 000 EUR, seguro 8 000 EUR, adiantamento 40 000 EUR.
- c) Acréscimos: salários 15 000 EUR; Diferimentos: consultoria 30 000 EUR, seguro 16 000 EUR.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



- d) Acréscimos: salários 15 000 EUR, consultoria 10 000 EUR; Diferimentos: seguro 16 000 EUR, adiantamento 40 000 EUR.

QUESTÃO 10.:

Inês Martins é ainda responsável pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal, de uma outra sociedade, no âmbito de um contrato de prestação de serviços.

Para a submissão da declaração periódica de IVA referente ao segundo trimestre de 2026, solicitou, em tempo útil, os elementos necessários à gerência da sociedade para o cumprimento daquela obrigação.

No entanto, a gerência da sociedade apenas facultou a documentação solicitada em 30 de setembro de 2026, já após a data-limite para a submissão da respetiva declaração fiscal.

Atento o exposto, assinale a opção correta:

- Como ainda não tinha dado cumprimento, porque ainda estava em prazo, ao artigo 8.º n.º 3 do RGIT, pode submeter a declaração sem necessidade de qualquer informação à Autoridade Tributaria e Aduaneira.
- Deve submeter a declaração, informando a Autoridade Tributaria e Aduaneira, no prazo concedido pelo artigo 8.º n.º 3 do RGIT, o motivo que impediu o cumprimento atempado da submissão da declaração fiscal.
- No caso em concreto, Inês Martins será sempre subsidiariamente responsável pelo pagamento da coima aplicada pela entrega extemporânea da declaração, porque entre a data-limite da entrega da declaração e a data da entrega da documentação devia obrigatoriamente dar cumprimento ao artigo 8.º n.º 3 do RGIT.
- Inês Martins deve informar a gerência da sociedade de que já não pode submeter aquela declaração, devido à entrega extemporânea da documentação por parte da gerência da sociedade.

QUESTÃO 11.:

A empresa XYZ, Lda., (detida em 50% pelo Sr. José Silva), cujo período de tributação coincide com o ano civil, no final de 2026 viria a registar uma perda por imparidade relativa à totalidade dos créditos (resultantes da sua atividade normal) que detinha sobre 4 clientes, os quais estavam evidenciados em clientes de cobrança duvidosa e para os quais tinham

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



sido tomadas as diligências necessárias para o recebimento das respetivas dívidas: sociedade A (detida pela XYZ, Lda., em 40%), 40 000 EUR, em mora há 8 meses (crédito que foi nesse ano reclamado judicialmente); sociedade B, 100 000 EUR, em mora há 9 meses; Câmara Municipal do Porto, 80 000 EUR, em mora há 24 meses; sociedade D, detida igualmente em 50% pelo Sr. José Silva, 50 000 EUR, em mora há 14 meses. A perda por imparidade aceite para efeitos fiscais em 2026 será de:

- a) 65 000 EUR;
- b) 25 000 EUR;
- c) 100 000 EUR;
- d) 115 000 EUR.

QUESTÃO 12.:

Na oficina GT Lda. procedeu-se a um serviço de mudança de óleo numa viatura. A gerência pretende determinar o custo primo do serviço efetuado. Foram incorporados os seguintes materiais:

- 5 litros de óleo, com custo total de 50 EUR.
- Filtros e parafusos, com um custo de 20 EUR.

Em termos de mão-de-obra direta, sabe-se que o funcionário demorou 2 horas e os dados relativamente aos custos com o mesmo são os seguintes:

- Salário bruto de 1 500 EUR mensal, ao qual será acrescido subsídio de férias e Natal, conforme legislação laboral;
- Subsídio de refeição no montante anual de 1 195 EUR (valor sem incidência contributiva);
- Pagamento trimestral de um prémio de 500 EUR.

A empresa contrata, todos os anos, uma empresa para prestar uma formação ao trabalhador, cujo custo é de 500 EUR. Esta formação implica que o trabalhador esteja em processo formativo durante 40 horas nesse ano. Suporta, ainda, um seguro de acidentes de trabalho, para o trabalhador, no valor de 2 500 EUR (custo anual).

Em termos contributivos, o trabalhador está enquadrado regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, que, conforme previsto no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social: “A taxa contributiva global do regime geral

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



correspondente ao elenco das eventualidades protegidas é de 34,75%, cabendo 23,75% à entidade empregadora e 11% ao trabalhador”.

Decorre da regulamentação laboral que o trabalhador não trabalha ao fim de semana (2 dias nas 52 semanas do ano), nem aos feriados (10 dias no ano) bem como tem direito aos correspondentes 22 dias de férias.

A empresa determinou que os gastos gerais de fabrico serão imputados em função das horas de mão-de-obra direta do serviço, cujo valor mensal é 500 EUR, tendo em conta que um mês tem 22 dias de trabalho e cada dia de trabalho tem 8 horas, o custo primo deste serviço de mudança de óleo é:

- a) 105,66 EUR.
- b) 106,64 EUR.
- c) 109,28 EUR.
- d) 112,12 EUR.

QUESTÃO 13.:

A sociedade *AgroTech*, S.A. recebeu em 2025 um subsídio de 50 000 EUR destinado a compensar gastos de exploração incorridos em 2025 com medidas de eficiência energética e um subsídio de 120 000 EUR destinado à aquisição de uma máquina de colheita automatizada com custo de 400 000 EUR e vida útil de 10 anos.

Foi ainda atribuído um subsídio condicional de 30 000 EUR para formação de colaboradores, sujeito ao cumprimento de critérios de formação durante o ano, não existindo, à data de relato, segurança razoável de que esses critérios venham a ser cumpridos.

Qual a forma correta de reconhecer contabilisticamente cada um destes subsídios e o seu efeito no resultado de 2025?

- a) Subsídio para apoiar medidas de eficiência energética reconhecido imediatamente em resultados; subsídio relacionado com a aquisição do ativo reconhecido como capital próprio e imputado a rendimentos em função dos gastos associados ao ativo; subsídio condicional não reconhecido enquanto não cumpridas as condições.
- b) Todos os subsídios reconhecidos imediatamente em resultados de 2025, independentemente da sua natureza ou condições associadas.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



- c) Subsídio para apoiar medidas de eficiência energética diferido ao longo do ano seguinte; subsídio relacionado com a aquisição do ativo reconhecido como capital próprio e imputado a rendimentos em função dos gastos associados ao ativo; subsídio condicional registado como ativo diferido.
- d) Subsídio para apoiar medidas de eficiência energética e subsídio relacionado com a aquisição do ativo registados como ativos; subsídio condicional reconhecido em resultados de 2025 independentemente do cumprimento das condições

QUESTÃO 14.:

O Contabilista Certificado João José é responsável pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal da sociedade *Plantas, Lda.*.

No entanto, a sua mãe precisou da sua assistência inadiável durante o período compreendido entre 1 a 20 de maio de 2026.

Relativamente à declaração periódica de IVA referente do primeiro trimestre 2026, a data-limite para a respetiva entrega é 20 de maio de 2026.

Atento ao exposto, assinale a opção correta:

- a) Deve apresentar junto da Autoridade Tributária e Aduaneira os documentos comprovativos da ocorrência até 9 de junho de 2026.
- b) Pode submeter a declaração fiscal sem lhe ser imputada qualquer responsabilidade até 21 de junho de 2026.
- c) Pode submeter a declaração fiscal sem lhe ser imputada qualquer responsabilidade até 20 de junho de 2026.
- d) Como a situação de assistência inadiável se iniciou em momento anterior ao período temporal abrangido pelo regime de justo impedimento, este não é aplicável ao caso em concreto.

QUESTÃO 15.:

Na Convenção para evitar a dupla tributação celebrada entre Portugal e o Brasil pode ler-se, no seu art.º 6.º, n.º 1: “Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante aufera de bens imobiliários (...) situados no outro Estado contratante podem ser tributados

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



nesse outro Estado”. Assim, a competência para tributar os referidos rendimentos é atribuída:

- a) Cumulativamente ao Estado da residência e ao Estado da fonte, cabendo a este último a eliminação da dupla tributação internacional.
- b) Exclusivamente ao Estado da residência.
- c) Cumulativamente ao Estado da fonte e ao Estado da residência, cabendo a este último a eliminação da dupla tributação internacional.
- d) Exclusivamente ao Estado da fonte.

QUESTÃO 16.:

Ao gerente da empresa CBA, Lda. foi indicado que no ano de 2025 ocorreu um desvio favorável de Mão de Obra Direta no valor de 5 000 EUR. O gerente solicitou o mapa de custos com pessoal do referido ano, no qual constava a seguinte informação:

Funcionário	Função	Custo-anual (EUR)
Rute	Secretária	15 000
Raquel	Telefonista	16 000
Rogério	Produção	13 000
Ramiro	Produção	12 500
Rafael	Encarregado de fábrica	25 000

O custo orçamentado, no início do ano de 2025, para a Mão de Obra Direta foi:

- a) 30 500 EUR.
- b) 45 500 EUR.
- c) 55 500 EUR.
- d) 86 500 EUR.

QUESTÃO 17.:

Uma empresa, que pratica exclusivamente atividades que conferem direito à dedução do IVA, adquiriu, a pronto pagamento, um equipamento industrial por 40 000 EUR sujeito a IVA à taxa de 23%, tendo beneficiado de um desconto de pronto pagamento de 5%. Adicionalmente, suportou 2 000 EUR de transporte e 3 000 EUR de instalação, necessários

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



para colocar o equipamento em condições de funcionamento. A empresa incorreu ainda em 1 500 EUR de despesas de formação dos operadores. Face ao exposto, qual o montante pelo qual o equipamento deve ser inicialmente reconhecido?

- a) 45 000 EUR.
- b) 46 500 EUR.
- c) 40 000 EUR.
- d) 43 000 EUR.

QUESTÃO 18.:

O Contabilista Certificado Manuel Ramos assumiu, entre 2020 e 2023, a responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilísticas e fiscais de uma sociedade.

Não obstante, em 2026, foi citado, na qualidade de responsável, pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

A citação dizia respeito a uma execução fiscal, por reversão, de dívidas tributárias relativas ao período de 2024, decorrente da entrega extemporânea de declarações fiscais.

O despacho da Autoridade Tributária e Aduaneira refere ainda que, por consulta ao sistema informático da Autoridade Tributária, os bens da sociedade são insuficientes para pagamento da dívida fiscal.

Consta ainda no referido auto, que a execução em causa é decorrente de uma conduta dolosa do Contabilista Certificado no exercício da sua profissão.

- a) Manuel Ramos é subsidiariamente responsável pelas dívidas tributárias, podendo acionar o seguro de responsabilidade civil profissional.
- b) Manuel Ramos é solidariamente responsável pelas dívidas tributárias, podendo acionar o seguro de responsabilidade civil profissional.
- c) A reversão da execução fiscal e o chamamento de Manuel Ramos, depende, de demonstração efetiva da fundada insuficiência do património do devedor principal.
- d) Não pode ser imputada qualquer responsabilidade pelo pagamento das dívidas fiscais a Manuel Ramos.

Exame de Avaliação Profissional (A que se refere o artº 31º do Estatuto da OCC)	31 de outubro de 2026	VERSÃO A
--	------------------------------	-----------------



QUESTÃO 19.:

Júlio, residente em Portugal, alienou em junho de 2026, por 10.000,00 EUR, as quotas que detinha numa sociedade sedeadada em Faro, qualificada como microempresa, nos termos do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro e não cotada na bolsa de valores. Estas quotas haviam sido adquiridas por Júlio, em 2025, pelo valor de 1.000,00 EUR (despesas de aquisição incluídas), não tendo esta sociedade apurado ou distribuído qualquer lucro desde a sua constituição. No mesmo ano Júlio vendeu por 600 000 EUR um imóvel afeto a habitação, que havia herdado, na sequência de óbito dos seus pais que ocorreu, em ambos os casos, em 1986, quando o imóvel tinha um VPT de 300 000 EUR. Sabendo que Júlio não auferiu quaisquer outros rendimentos no ano de 2026, nem suportou quaisquer despesas inerentes à venda das participações sociais ou do imóvel assinalado, qual o rendimento coletável sujeito a IRS, em sede da categoria G, por conta das referidas alienações?

- a) 4 500 EUR.
- b) 154 500 EUR.
- c) 150 000 EUR.
- d) 9 000 EUR.

QUESTÃO 20.:

A empresa Boas Vendas Lda. solicitou ao seu contabilista uma análise relacionada com o seu risco operacional. O contabilista apresentou os seguintes dados, tendo em conta a estrutura de custos da entidade e o volume de vendas:

Vendas no período	250 000 EUR
Margem de contribuição	20%
Custos fixos	20 000 EUR

Perante este cenário, tendo em conta o volume de vendas apresentado, a empresa, para atingir o ponto crítico, pode diminuir as vendas em:

- a) 20%.
- b) 60%.
- c) 150%.
- d) Nenhuma das alíneas anteriores se encontra correta.